



Colégio
M0001

Sala
0001

Ordem
0001

Dezembro/2023

**Concurso Público para o Provimento de Cargos de
Analista Judiciário – Área Administrativa
Especialidade Contabilidade**

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'A', Tipo 005

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-005

Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O verdadeiro homem mede a sua força, quando se defronta com o obstáculo.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém as propostas e os espaços para os rascunhos da Prova Discursiva-Estudo de Caso.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A B C D E
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Estudo de Caso a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, leia o trecho do conto "Sol nascente".

Ainda hoje, quando lanço o olhar ao mar, imagino a vida de meus avós como ilhas distantes, cercadas pela vastidão de um oceano de histórias (muitas delas guardadas na linha de um horizonte que não pode mais ser lido). No alto do Morro de São Sebastião, contemplo o sol nascente e me inspiro a iniciar estas linhas. Talvez elas não contenham toda a verdade, talvez haja imprecisões e deslizes históricos, mas foi assim que eu as recebi, pela boca dos que sobreviveram.

leiri-san inspecionava as conversas dos navios que nasciam no estaleiro que dirigia com disciplina. Há décadas os japoneses iniciaram a colonização da ilha de Taiwan, tomada da China após a guerra sino-japonesa. Para lá a família leiri emigrou para prosperar. Chiyoko, filha do patriarca leiri, cresceu entre finas bonecas de porcelana, tendo os melhores instrutores, tornando-se de pianista a carateca. Sempre ávida por conhecimento, aprendeu com seu tio diversos procedimentos, tais como a realização de partos e, sobretudo, a quiropraxia. Chiyoko se transformou em uma mulher extraordinária, nadando em alto-mar e, apesar de sua compleição esguia, aventurando-se até a praticar sumô. Após aprender tantas coisas, não poderia ter se tornado outra coisa a não ser professora.

Naquele dia, apesar da triste guerra, Chiyoko estava feliz. Era o dia do aniversário de seu pai. Não importava a ela que seu otosan estivesse em um leito de hospital nem que o medo rondasse cada esquina. Ela tinha conseguido, a grande custo, algumas iguarias que seu pai gostava de comer. Era para comemorar a data, para celebrar a vida. E seus passos eram alegres quando a sirene tocou. E era alegre o dia quando as bombas caíram.

O hospital em que seu pai estava foi atingido. A vida naufragou. [...] Por ter aprendido tantas coisas com o tio médico, Chiyoko auxiliava os feridos durante a guerra, que estava para ser perdida.

(Adaptado de: KONDO, André. **Origens**. Editora do Brasil, 2019. Edição Eletrônica)

1. *Por ter aprendido tantas coisas com o tio médico, Chiyoko auxiliava os feridos durante a guerra.* (4º parágrafo)

A oração subordinada do trecho acima estabelece ideia de

- (A) finalidade.
- (B) causa.
- (C) concessão.
- (D) temporalidade.
- (E) condição.

2. As vírgulas foram empregadas para isolar um aposto no seguinte segmento:

- (A) *Talvez elas não contenham toda a verdade, talvez haja imprecisões e deslizes históricos, mas foi assim que eu as recebi.*
- (B) *tais como a realização de partos e, sobretudo, a quiropraxia.*
- (C) *Ela tinha conseguido, a grande custo, algumas iguarias que seu pai gostava de comer.*
- (D) *Chiyoko, filha do patriarca leiri, cresceu entre finas bonecas de porcelana.*
- (E) *Ainda hoje, quando lanço o olhar ao mar, imagino a vida de meus avós como ilhas distantes.*

3. O relato do narrador permite caracterizar Chiyoko como

- (A) indolente.
- (B) arrogante.
- (C) excêntrica.
- (D) altruísta.
- (E) misantropa.

4. O termo sublinhado indica ideia de adição no seguinte segmento:

- (A) *Talvez elas não contenham toda a verdade.* (1º parágrafo)
- (B) *Para lá a família leiri emigrou para prosperar.* (2º parágrafo)
- (C) *E seus passos eram alegres quando a sirene tocou.* (3º parágrafo)
- (D) *leiri-san inspecionava as conversas dos navios que nasciam no estaleiro que dirigia com disciplina.* (2º parágrafo)
- (E) *Não importava a ela que seu otosan estivesse em um leito de hospital nem que o medo rondasse cada esquina.* (3º parágrafo)



5. Colocando-se o verbo "existir" no lugar do "haver" no trecho *talvez haja imprecisões e deslizes históricos* (1º parágrafo), a forma verbal resultante será:
- (A) existe.
 - (B) existiriam.
 - (C) existira.
 - (D) exista.
 - (E) existam.

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 8, leia o trecho de "Torto Arado".

De loucura meu pai entendia, assim diziam, porque ele mesmo já havia caído louco num período remoto de sua vida. Os curadores serviam para restituir a saúde do corpo e do espírito dos doentes, era o que sabíamos desde o nascimento. O que mais chegava à nossa porta eram as moléstias do espírito dividido, gente esquecida de suas histórias, memórias, apartada do próprio eu, sem se distinguir de uma fera perdida na mata. Diziam que talvez fosse por conta do passado minerador do povo que chegou à região, ensandecido pela sorte de encontrar um diamante, de percorrer seu brilho na noite, deixando um monte para adentrar noutra, deixando a terra para entrar no rio. Gente que perseguia a fortuna, que dormia e acordava desejando a ventura, mas que se frustrava depois de tempos prolongados de trabalho fatigante, quebrando rochas, lavando cascalho, sem que o brilho da pedra pudesse tocar de forma ínfima o seu horizonte. Quantos dos que encontravam a pedra estavam libertos dos delírios? Quantos tinham que proteger seu bambúrio da cobiça alheia, passando dias sem dormir, com os diamantes debaixo do corpo, sem se banhar nas águas dos rios, atentos a qualquer gesto de trapaça que poderia vir de onde menos se esperava?

(VIEIRA Jr., Itamar. *Torto arado*. São Paulo: Todavia, 2019. Edição eletrônica)

6. Mantendo as relações de sentido estabelecidas pelo contexto, uma pontuação alternativa para um segmento do texto está em:
- (A) O que mais chegava à nossa porta eram as moléstias do espírito dividido: gente esquecida de suas histórias, memórias, apartada do próprio eu, sem se distinguir de uma fera perdida na mata.
 - (B) Quantos tinham que, proteger seu bambúrio, da cobiça alheia; passando dias sem dormir com os diamantes debaixo do corpo?
 - (C) Gente que perseguia, a fortuna, que dormia e acordava desejando a ventura; mas que, se frustrava depois de tempos prolongados de trabalho fatigante: quebrando rochas.
 - (D) De loucura meu pai entendia. Assim diziam porque, ele mesmo, já havia caído louco num período, remoto de sua vida.
 - (E) Diziam que – talvez fosse por conta do passado minerador do povo que chegou à região – , ensandecido pela sorte de encontrar um diamante.
7. Mantendo a correção gramatical e as relações de sentido, o segmento sublinhado pode ser substituído pelo que se encontra entre parênteses em:
- (A) *talvez fosse por conta do passado minerador do povo que chegou à região, ensandecido pela sorte de encontrar um diamante, de percorrer (a prescindir de) seu brilho na noite.*
 - (B) *Gente que perseguia a fortuna, que dormia e acordava desejando a ventura (o infortúnio), mas que se frustrava depois de tempos prolongados de trabalho fatigante.*
 - (C) *Diziam que talvez fosse por conta do (devido ao) passado minerador do povo que chegou à região.*
 - (D) *De loucura meu pai entendia, assim diziam, porque (à medida que) ele mesmo já havia caído louco num período remoto de sua vida.*
 - (E) *gente esquecida de suas histórias, memórias, apartada do próprio eu, sem se distinguir de (se reconhecer em) uma fera perdida na mata.*
8. No contexto em que se encontra, o termo
- (A) "ensandecido" aproxima-se, pelo sentido, de "louco".
 - (B) "ínfima" aproxima-se, pelo sentido, de "fatigante".
 - (C) "bambúrio" é sinônimo de "trapaça".
 - (D) "curadores" foi empregado de maneira irônica.
 - (E) "rochas" foi empregado em sentido conotativo.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

9. Dra. Ana e Dr. Breno são juízes criminais. Dra. Ana tinha 30 processos para analisar e Dr. Breno, 70. Até o momento, os dois, ao todo, condenaram 20 réus e absolveram outros 20. Sabendo que em cada processo havia apenas um réu e que Dr. Breno condenou 10 réus e que o número de réus que Dra. Ana absolveu corresponde a $\frac{1}{5}$ do número de processos que o Dr. Breno ainda não julgou, o número de processos que Dra. Ana ainda não julgou é
- (A) 15
(B) 30
(C) 10
(D) 20
(E) 5
-
10. Os amigos Alberto, Bruno e Carlos resolveram trazer de casa um livro cada um para trocarem entre eles. O número de maneiras que isso pode ser feito, de modo que nenhum deles fique com seu próprio livro e nem repasse o livro recebido é
- (A) 1
(B) 5
(C) 4
(D) 2
(E) 3
-
11. Em uma festa há 30 pessoas, sendo que seis delas têm barba e apenas um dos que têm barba é careca. Os dois que têm bigode também têm barba. Existem 20 pessoas que não têm barba e nem são carecas. O número de pessoas na festa que são carecas, mas não têm barba é
- (A) 5
(B) 4
(C) 14
(D) 13
(E) 15
-
12. O quadriculado 4×4 abaixo deve ser preenchido com os números de 1 a 16, todos distintos, de forma que os números de cada linha somem 34 e os números de cada coluna somem 34. Alguns quadradinhos já foram preenchidos.

1			4
	7	6	
	11	10	
13			16

Ao preencher os demais quadradinhos, colocando os números 14 e 15 na mesma linha, os números

- (A) 8 e 12 estarão em colunas diferentes.
(B) 2 e 3 estarão em linhas diferentes.
(C) 5 e 12 estarão na mesma linha.
(D) 9 e 3 estarão na mesma coluna.
(E) 2 e 5 estarão em colunas diferentes.

**Noções de Administração Pública e Legislação**

13. Suponha que Pedro, servidor público federal, sujeito ao regime estabelecido na Lei nº 8.112/1990, tenha recebido convite para ocupar cargo de livre provimento na Administração pública de determinado Estado. Pedro pretende aceitar o convite, pleiteando, assim, afastamento do seu cargo de origem sem prejuízo dos vencimentos correspondentes. De acordo com a disciplina estabelecida no citado diploma federal, o requerimento de Pedro
- (A) não encontra amparo legal, somente sendo admissíveis afastamentos para ocupar outros cargos efetivos, devendo o servidor solicitar licença não remunerada para assumir o vínculo em comissão.
 - (B) deve ser deferido, constituindo direito subjetivo do servidor, a quem cabe optar pela remuneração de origem, com ônus para o cedente, ou do destino, com ônus para o cessionário.
 - (C) pode ser deferido, desde que aditado para constar com prejuízo da remuneração de origem do servidor, por se tratar de afastamento para ocupar cargo em comissão.
 - (D) não encontra amparo legal, dado que o referido diploma legal apenas autoriza afastamentos para entidades da Administração indireta federal.
 - (E) encontra amparo legal, desde que o órgão cessionário arque com o ônus da remuneração, mediante ressarcimento ao órgão cedente.
-
14. Suponha que determinado cidadão tenha se dirigido a uma repartição pública federal buscando a prestação de serviço de competência do órgão e tenha apresentado apenas o CPF como documento de identificação. O atendente, contudo, informou que o RG seria indispensável, bem como a juntada de uma cópia autenticada dos demais documentos requeridos para instruir a solicitação do serviço em questão. De acordo com o que dispõe o Decreto nº 9.094/2017, que estipula normas de atendimento ao usuário,
- (A) o CPF pode ser usado como documento de identificação desde que o usuário declare a perda ou furto do RG, comprovada por Boletim de Ocorrência, cabendo à repartição extrair gratuitamente cópia dos documento originais e proceder à respectiva autenticação.
 - (B) a repartição pode exigir do usuário quaisquer documentos que repute necessários, tanto para fins de identificação como para efeito de instrução, incluindo cópias autenticadas e documentos com firma reconhecida, desde que as exigências estejam especificadas na correspondente Carta de Serviços.
 - (D) a apresentação do CPF é suficiente para identificação do cidadão, salvo exigência legal específica, podendo o próprio servidor da repartição atestar a autenticidade de fotocópias, mediante a comparação com o documento original.
 - (E) é vedada a exigência de exibição de documento de identificação, bastando a autodeclaração do usuário do serviço, bem como a exigência de fotocópias, autenticadas ou não, devendo os documentos ser obtidos pela repartição junto ao banco de dados dos órgãos públicos competentes.
-
15. Suponha que determinada organização apresente estrutura do tipo funcional, sendo que a consultoria contratada para proceder à reestruturação organizacional da referida entidade propôs modificações para que a mesma passe a ostentar uma estrutura do tipo matricial, a fim de "conferir maior flexibilidade". Tendo em vista as conceituações correntes na doutrina a respeito de ambos os tipos de estrutura, a proposta da consultoria
- (A) afigura-se adequada, eis que a estrutura funcional, em razão da existência dos denominados centros de resultados, ligados diretamente à área financeira e desvinculados da execução de projetos e das demais atividades especializadas, conferem elevado grau de engessamento à organização.
 - (B) apresenta coerência, na medida em que a estrutura matricial, dotada de órgãos de duração temporária e vinculados à duração de projetos, mostra-se mais flexível que a do tipo funcional, dado que esta última não possui tal peculiaridade.
 - (C) possui poucas chances de sucesso, eis que a adoção de uma estrutura matricial somente se justifica em cenários de alta contingência, nos quais é necessário abandonar estruturas departamentalizadas, passando todos os órgãos da entidade a atuar de forma fungível, sem atribuições fixas.
 - (D) mostra-se equivocada, eis que a estrutura do tipo funcional possui muito mais flexibilidade do que a matricial, eis que permite a apuração de resultados por unidades dotadas de autonomia financeira e operacional.
 - (E) não é capaz de conferir o maior grau de flexibilidade possível à organização, embora pertinente, sendo mais adequado para atingir tal objetivo a adoção de uma estrutura do tipo divisional, composta por centros de resultados vinculados à execução de projetos.

**Código de Ética e Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**

16. De acordo com o que dispõe o Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, aprovado pela Resolução Administrativa nº 07/2020, a Comissão de Ética Especial
- (A) deve ser designada pelo Presidente da Comissão de Ética para apurar desvio ético de comportamento de quaisquer dos membros desta última.
 - (B) somente atuará no exame de infrações éticas e desvios de comportamento que configurem ou possam configurar ato de improbidade.
 - (C) deve ser instaurada no caso de impedimento ou suspeição de mais de 1/3 (um terço) dos componentes da Comissão Permanente, podendo funcionar por, no máximo, 6 meses.
 - (D) é formada por 1 desembargador, que a presidirá, 1 magistrado de 1ª grau, 1 servidor, com mandato de 5 anos, vedada recondução.
 - (E) possui como atribuição apurar exclusivamente as infrações éticas de servidores do Tribunal que possam configurar conduta apenada com demissão.
17. As comissões permanentes previstas no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região têm, como finalidade, colaborar para o desempenho das atribuições daquela Corte, a exemplo da Comissão de Orçamento e Finanças, que
- (A) promove captação de receitas, controle e liberação de recursos para despesas, podendo solicitar apuração de responsabilidades no caso de má gestão.
 - (B) elabora a proposta orçamentária, cabendo-lhe, se o caso, ouvir as demais unidades e áreas do Tribunal a respeito de suas demandas, sem caráter vinculante.
 - (C) auxilia na definição de prioridades do Tribunal, cotejando os projetos, iniciativas e contratações pretendidas com a viabilidade orçamentária.
 - (D) exerce atribuição decisória sobre a proposta orçamentária do Tribunal, podendo excluir projetos e ações.
 - (E) acompanha a execução do orçamento do Tribunal, avaliando a qualidade dos projetos e iniciativas, podendo promover o cancelamento da disponibilidade orçamentária.

Noções de Informática

18. Utilizando o navegador Google Chrome, aberto e funcionando em condições ideais, um Analista selecionou a opção *Nova Janela anônima*, e, na sequência, clicou em *Saiba mais* para entender como o modo de navegação anônima funciona para proteger a sua privacidade, descobrindo que
- (A) evita que suas atividades fiquem anônimas para seu empregador ou seu provedor de serviços.
 - (B) sempre que fechar todas as janelas anônimas, o Chrome descartará todos os dados e *cookies* de *sites* associados à sessão de navegação.
 - (C) seus dados de atividades não são salvos no seu dispositivo, mas apenas em Contas do Google.
 - (D) sua atividade ou localização ficam invisíveis para os *sites* visitados.
 - (E) evita que os sites que ele visita veiculem anúncios com base na sua atividade durante uma sessão anônima.
19. Na opção *Geral de configurações* da Agenda do *Google Workspace*, um Analista selecionou a opção *Ativar horário de trabalho*, com o objetivo de
- (A) definir o local padrão de trabalho que será visto nos detalhes de contato no *Google Workspace*.
 - (B) criar uma página para que qualquer pessoa possa agendar facilmente um horário com ele.
 - (C) ser alertado sobre seus horários de entrada e saída da empresa onde trabalha.
 - (D) informar que está indisponível quando alguém tenta enviar um convite para uma reunião fora do intervalo definido.
 - (E) permitir que ele encerre reuniões de 30 minutos com 5 minutos de antecedência e reuniões mais longas com 10 minutos de antecedência que estejam fora do seu horário de trabalho.
20. Após a instalação e inicialização do Windows 10, um Analista de um Tribunal Regional do Trabalho precisa abrir um determinado arquivo usando um aplicativo diferente daquele fornecido pela Microsoft. Com o Windows 10 aberto e funcionando em condições ideais em *configurações > aplicativos*, para alterar o tipo de aplicativo associado ao arquivo, o Analista deve clicar na opção
- (A) *Aplicativos padrão* e na sequência clicar em *Escolha os aplicativos padrão por tipo de arquivo*.
 - (B) *Inicialização* e na sequência clicar em *Apps de inicialização*.
 - (C) *Aplicativos e recursos* e na sequência clicar em *Atualizar aplicativos*.
 - (D) *Aplicativos para site* e na sequência clicar em *Associar aplicativos a sites*.
 - (E) *Reprodução de arquivos* e na sequência clicar em *Configuração de arquivos*.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Contabilidade Geral

21. A empresa Revenda Completa S.A. atua na compra e venda de mercadorias e, em 20/10/2021, adquiriu diversas mercadorias pagando os seguintes valores:

- Para o vendedor das mercadorias: R\$ 657.000,00.
- Para a empresa que transportou as mercadorias até seu depósito: R\$ 15.000,00.

Nos valores pagos pela empresa estão incluídos tributos recuperáveis no valor total de R\$ 69.000,00 e tributos não recuperáveis no valor total de R\$ 48.000,00.

As mercadorias foram totalmente vendidas em 22/12/2021 pelo valor de R\$ 1.350.000,00, mas foi concedido um desconto comercial de 10% em função da quantidade adquirida pelo comprador. A empresa pagou R\$ 13.500,00 de comissão para seus vendedores e R\$ 21.000,00 para a transportadora que fez a entrega das mercadorias vendidas. O lucro bruto apurado pela empresa Revenda Completa S.A., especificamente em relação à compra e à venda das mercadorias citadas, foi de

- (A) R\$ 577.500,00
- (B) R\$ 543.000,00
- (C) R\$ 660.000,00
- (D) R\$ 598.500,00
- (E) R\$ 612.000,00

22. A tabela a seguir apresenta as informações sobre três aplicações financeiras realizadas por uma empresa no dia 01/12/2021:

Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2021 (R\$)
200.000,00	30/06/2024	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	1,5% a.m.	206.000,00
300.000,00	31/10/2022	Mensuração ao custo amortizado	1% a.m.	315.000,00
500.000,00	30/09/2023	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2% a.m.	505.000,00

O valor total que impactou o resultado da empresa no ano de 2021, decorrente dessas aplicações foi:

- (A) R\$ 14.000,00
- (B) R\$ 19.000,00
- (C) R\$ 16.000,00
- (D) R\$ 28.000,00
- (E) R\$ 26.000,00

23. A empresa Pedras Preciosas S.A. adquiriu, em 31/12/2019, oitenta por cento (80%) das ações da empresa Diamantes S.A., pagando o valor de R\$ 30.000.000,00 e passando a deter seu controle. Nesta data, o valor do Patrimônio Líquido contábil da empresa Diamantes S.A. era R\$ 28.000.000,00 e o valor justo líquido dos seus ativos e passivos identificáveis era R\$ 45.000.000,00. A diferença entre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis e o valor do Patrimônio Líquido contábil correspondia à variação entre o custo contabilizado e o valor justo de um terreno.

As seguintes mutações ocorreram no Patrimônio Líquido da empresa Diamantes S.A., no período de 01/01/2020 a 31/12/2020:

- Lucro líquido de 2020: R\$ 3.000.000,00.
- Distribuição e pagamento de dividendos em 2020: R\$ 1.500.000,00.

Com base nessas informações, a empresa Pedras Preciosas S.A. registrou

- (A) na data da aquisição, o resultado positivo de R\$ 6.000.000,00.
- (B) na data da aquisição, o valor de R\$ 7.600.000,00 como ágio pago por expectativa de rentabilidade futura.
- (C) na data da aquisição, na conta Investimentos no ativo, o valor de R\$ 30.000.000,00.
- (D) na data da aquisição, na conta Investimentos no ativo, o valor de R\$ 22.400.000,00.
- (E) no resultado do ano de 2020, o resultado de equivalência patrimonial no valor de R\$ 1.200.000,00.



24. Os Balanços Patrimoniais publicados pela empresa Materiais para Educação S.A. em 31/12/2020 e 31/12/2021, e a Demonstração do Resultado do ano 2021, são apresentados a seguir:

Materiais para Educação S.A.
Balanços Patrimoniais em 31/12/2020 e 31/12/2021

(valores em reais)					
ATIVO	31/12/20	31/12/21	PASSIVO	31/12/20	31/12/21
Ativo circulante	120.000	170.500	Passivo circulante	100.000	112.500
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.000	50.500	Fornecedores	60.000	29.000
Clientes	60.000	45.000	Dividendos a Pagar	7.500	16.000
Estoques	40.000	70.000	Empréstimos	32.500	51.500
Despesas antecipadas	-	5.000	Impostos a Pagar	-	16.000
Ativo não circulante	150.500	191.500	Patrimônio Líquido	170.500	249.500
Investimentos	14.000	21.500	Capital	150.000	157.500
Imobilizado			Reservas de Lucros	20.500	92.000
Máquinas e Equipamentos	94.000	170.000			
Terrenos	42.500	-			
TOTAL DO ATIVO	270.500	362.000	TOTAL DO PASSIVO + PL	270.500	362.000

Materiais para Educação S.A.

Demonstração do Resultado – Período: 01/01/2021 a 31/12/2021 (valores em reais)

Receitas de Vendas		360.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas		(165.000)
(=) Resultado com Mercadorias		195.000
(-) Despesas Operacionais		
Depreciação	(21.000)	
Despesas com aluguel	(20.000)	
Despesas com pessoal	(60.000)	
Outras Despesas Operacionais	(18.000)	(119.000)
(+) Outras Receitas e Despesas		
Resultado de Equivalência Patrimonial		7.500
(=) Resultado antes dos Efeitos Financeiros		83.500
(-) Despesas Financeiras		(4.000)
(=) Resultado após os Efeitos Financeiros		79.500
(+) Outras Receitas não Recorrentes		
Lucro na Venda de Terrenos		24.000
(=) Resultado antes de Impostos e Participações		103.500
(-) Despesa com Imposto de Renda		(16.000)
(=) Resultado Líquido		87.500

Sabendo que não foi realizado qualquer pagamento de empréstimos e despesas financeiras durante o ano de 2021, os valores em reais correspondentes ao *Caixa das Atividades Operacionais* e ao *Caixa das Atividades de Financiamento* foram, respectivamente:

- (A) R\$ 46.000 e R\$ 22.500
 (B) R\$ 101.000 e R\$ 22.500
 (C) R\$ 101.000 e R\$ 15.000
 (D) R\$ 77.000 e R\$ 19.000
 (E) R\$ 46.000 e R\$ 15.000

25. A empresa Produtos Modernos S.A. realizou, no mês de dezembro de 2018, as seguintes vendas de mercadorias:

- Vendas à vista R\$ 2.000.000,00.
 - Vendas a prazo R\$ 3.025.000,00.

As vendas a prazo ocorreram no dia 01/12/2018 e serão recebidas integralmente em 01/12/2020, sendo que a empresa praticava, para suas vendas a prazo, a taxa de juros de 0,797% ao mês (equivalente a 10% ao ano e a 21% em dois anos). As vendas à vista ocorreram no dia 10/12/2018.

A empresa Produtos Modernos S.A. reconheceu, na Demonstração do Resultado do ano de 2018, exclusivamente em relação às vendas efetuadas no mês de dezembro, Receita de Vendas no valor de

- (A) R\$ 4.389.750,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 19.046,31.
 (B) R\$ 5.025.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 40.049,25.
 (C) R\$ 4.500.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 19.925,00.
 (D) R\$ 5.025.000,00, apenas.
 (E) R\$ 4.500.000,00, apenas.



26. Do Balanço Patrimonial de 31/12/2020 publicado por uma empresa, foram obtidos os seguintes valores expressos em reais para as contas que compõem seu Patrimônio líquido:

Capital Social.....	4.000.000,00
Reserva Legal	700.000,00
Reserva Estatutária	200.000,00
Reserva de Lucros a Realizar	50.000,00
Reserva para Contingências	150.000,00
Total do Patrimônio Líquido	5.100.000,00

As informações referentes ao ano de 2021 que afetaram o Patrimônio Líquido da empresa foram:

- O lucro líquido apurado no ano foi R\$ 2.400.000,00.
- As seguintes reservas foram constituídas:
 - I. *Reserva Legal*, de acordo com o estabelecido na Lei das Sociedades por Ações.
 - II. *Reserva Estatutária* no valor correspondente a 10% do Lucro Líquido sem qualquer dedução.

O estatuto da empresa não define o critério para cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

O valor do dividendo mínimo obrigatório que deveria ser evidenciado no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2021, era

- (A) R\$ 1.150.000,00
- (B) R\$ 600.000,00
- (C) R\$ 570.000,00
- (D) R\$ 1.140.000,00
- (E) R\$ 575.000,00

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Atenção: Para responder às questões de números 27 a 30, considere as transações descritas nos itens a seguir, extraídas do sistema de contabilidade de uma entidade pública, referentes ao mês de outubro de 2022.

- I. Apropriação mensal, pelo valor de R\$ 1.550.000,00, do 13º salário dos servidores.
 - II. Arrecadação de receitas de Aluguéis e Arrendamentos no valor de R\$ 48.000,00. O fato gerador desta receita, de acordo com o regime de competência, ocorreu no mês de setembro de 2022.
 - III. Arrecadação de receitas de Cessão de Direitos no valor de R\$ 1.630.000,00. O fato gerador desta receita, de acordo com o regime de competência, ocorreu no mês de outubro de 2022.
 - IV. Baixa de provisão para riscos trabalhistas, pelo valor de R\$ 169.000,00, e registro da obrigação a pagar pelo mesmo valor.
 - V. Empenho de despesa corrente com a aquisição de material de consumo no valor de R\$ 47.900,00. O material foi integralmente entregue pelo fornecedor no mês de novembro de 2022 e, neste mesmo mês, a despesa foi liquidada e paga pelo valor total empenhado.
 - VI. Empenho e liquidação de despesa corrente com Obrigações Patronais no valor de R\$ 1.930.000,00. O pagamento foi efetuado no mês de novembro de 2022 pelo valor total empenhado.
 - VII. Empenho, liquidação e pagamento de despesa corrente com Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil no valor de R\$ 18.600.000,00.
 - VIII. Liquidação de despesa corrente com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física no valor de R\$ 7.200,00. A despesa é referente à manutenção dos extintores de incêndio da entidade. O serviço foi integralmente prestado no mês de outubro de 2022 e a despesa foi paga no mês de dezembro de 2022 pelo valor total empenhado no mês de setembro de 2022.
 - IX. Pagamento de restos a pagar processados inscritos em 31/12/2021 no valor de R\$ 283.000,00. Tais restos a pagar se referem à despesa com a renovação da frota de veículos da entidade.
 - X. Recebimento de depósito em caução no valor de R\$ 58.000,00.
 - XI. Recebimento de doação em dinheiro no valor de R\$ 3.000,00. A doação recebida não apresentava condições a ela atreladas.
 - XII. Recebimento de Transferências Correntes intragovernamentais no valor de R\$ 3.800.000,00. O fato gerador desta receita, de acordo com o regime de competência, ocorreu no mês de setembro de 2022.
 - XIII. Reconhecimento, pelo valor de R\$ 92.000,00, da depreciação mensal do ativo imobilizado.
27. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o impacto negativo das transações ocorridas no mês de outubro de 2022 no resultado patrimonial, referente ao exercício financeiro de 2022, foi de
- (A) R\$ 20.549.200,00
 - (B) R\$ 20.488.200,00
 - (C) R\$ 20.377.200,00
 - (D) R\$ 20.546.200,00
 - (E) R\$ 13.344.000,00



28. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e a Lei nº 4.320/1964, o impacto negativo das transações ocorridas no mês de outubro de 2022, no resultado de execução orçamentária, referente ao exercício financeiro de 2022, foi de
- (A) R\$ 15.099.900,00
 - (B) R\$ 15.038.900,00
 - (C) R\$ 13.344.000,00
 - (D) R\$ 13.119.000,00
 - (E) R\$ 15.096.900,00
-
29. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e a Lei nº 4.320/1964, as transações descritas nos itens I e X, que ocorreram no mês de outubro de 2022, deram origem, respectivamente, a um passivo
- (A) permanente e a um passivo financeiro.
 - (B) permanente e a um passivo permanente.
 - (C) financeiro e a um passivo financeiro.
 - (D) financeiro e a uma receita orçamentária não-efetiva.
 - (E) permanente e a uma receita orçamentária não-efetiva.
-
30. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o impacto negativo das transações ocorridas no mês de outubro de 2022, no resultado financeiro do ano de 2022, apurado por meio do Balanço Financeiro, foi de
- (A) R\$ 13.119.000,00
 - (B) R\$ 14.986.000,00
 - (C) R\$ 15.321.900,00
 - (D) R\$ 13.344.000,00
 - (E) R\$ 13.347.000,00
-
31. Quanto aos elementos das demonstrações contábeis, a NBC TSP Estrutura Conceitual define
- (A) receita como aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários, tal como a decorrente da obtenção do valor principal de operações de crédito.
 - (B) ativo contingente como um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência de eventos futuros, tal como o decorrente de promessa de doação de bens.
 - (C) ativo como bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa, tal como o decorrente do lançamento de receitas tributárias.
 - (D) despesa como diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários, tal como a decorrente do ajuste de perdas de estoques.
 - (E) passivo como uma obrigação possível, derivada de evento passado, cuja extinção pode resultar na saída de recursos da entidade, tal como dívidas fundadas.
-
32. Considere as informações a seguir, extraídas das demonstrações contábeis de uma entidade pública, referentes ao exercício financeiro de 2022. Os valores estão expressos em reais (R\$).
- | | |
|---|---------------|
| Previsão Inicial das Receitas Orçamentárias | 18.100.000,00 |
| Previsão Atualizada das Receitas Orçamentárias | 19.000.000,00 |
| Receitas Orçamentárias Realizadas | 18.400.000,00 |
| Dotação Inicial das Despesas Orçamentárias | 18.100.000,00 |
| Dotação Atualizada das Despesas Orçamentárias | 17.940.000,00 |
| Despesas Orçamentárias Empenhadas | 17.500.000,00 |
| Despesas Orçamentárias Liquidadas | 17.400.000,00 |
| Despesas Orçamentárias Pagas | 16.000.000,00 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados Recebidos | 220.000,00 |
| Pagamento de Restos a Pagar inscritos em 31/12/2021 | 9.700.000,00 |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários | 3.000.000,00 |
- De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Balanço Orçamentário referente ao exercício financeiro de 2022 apresentou
- (A) excesso de arrecadação de R\$ 600.000,00
 - (B) saldo da dotação de R\$ 440.000,00
 - (C) excesso de arrecadação de R\$ 300.000,00
 - (D) saldo da dotação de R\$ 600.000,00
 - (E) saldo da dotação de R\$ 1.940.000,00



33. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, os recursos recebidos previamente aos seus eventos tributáveis e os valores arrecadados decorrentes de multas em consequência da violação de exigências legais dão origem, respectivamente, a
- (A) uma receita extraorçamentária e a uma receita orçamentária não-efetiva.
 - (B) uma receita orçamentária efetiva e a uma receita orçamentária não-efetiva.
 - (C) um passivo e a uma receita sem contraprestação.
 - (D) uma variação patrimonial aumentativa e a uma receita sem contraprestação.
 - (E) uma variação patrimonial aumentativa e a uma receita orçamentária não-efetiva.
-
34. De acordo com a NBC TSP 06, classificam-se como propriedades para investimentos:
- (A) edifício mantido para finalidades administrativas e propriedade mantida para fornecer serviço social e que também gera entradas de caixa.
 - (B) terrenos mantidos para valorização do capital a longo prazo e terrenos mantidos para uso futuro ainda não definido.
 - (C) propriedade arrendada a outra entidade sob arrendamento mercantil financeiro e edifício mantido para venda no curso normal das operações.
 - (D) terrenos mantidos para valorização do capital a longo prazo e propriedade arrendada a outra entidade sob arrendamento mercantil financeiro.
 - (E) edifício mantido para uso no fornecimento de serviços à população e terreno mantido para venda no curso normal das operações.
-
35. Considere as informações a seguir referentes à aquisição e distribuição gratuita de 50 cestas básicas de alimentos por uma entidade pública.
- 15/06/2023: empenho da despesa pelo valor de R\$ 12.500,00.
30/06/2023: entrega das 50 cestas básicas de alimentos pelo fornecedor e registro da despesa em liquidação.
03/07/2023: liquidação da despesa pelo valor total empenhado em 15/06/2023.
29/07/2023: pagamento da despesa pelo valor total empenhado em 15/06/2023.
14/08/2023: distribuição gratuita das 50 cestas básicas de alimentos durante evento promovido pela entidade.
- De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a entidade reconheceu uma variação patrimonial
- (A) qualitativa em 03/07/2023.
 - (B) qualitativa em 15/06/2023.
 - (C) quantitativa em 14/08/2023.
 - (D) quantitativa em 30/06/2023.
 - (E) quantitativa em 29/07/2023.
-
36. Durante o processo de reavaliação de provisões por uma entidade pública, identificou-se, em 22/08/2023, que a provisão para riscos fiscais constituída em 18/05/2021 deveria ser integralmente reclassificada para passivo contingente. A referida reclassificação, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, deu origem ao seguinte lançamento contábil:
- (A) Débito: 6.x.x.x.x.xx.xx Receita a Realizar com Reversão de Provisões
Crédito: 6.x.x.x.x.xx.xx Receita Realizada com Reversão de Provisões
 - (B) Débito: 2.x.x.x.x.xx.xx Provisões (P)
Crédito: 2.x.x.x.x.xx.xx Obrigações a Pagar (P)
 - (C) Débito: 3.x.x.x.x.xx.xx VPD de Constituição de Provisões
Crédito: 2.x.x.x.x.xx.xx Provisões (P)
 - (D) Débito: 2.x.x.x.x.xx.xx Provisões (P)
Crédito: 4.x.x.x.x.xx.xx Reversão de Provisões
 - (E) Débito: 2.x.x.x.x.xx.xx Provisões (P)
Crédito: 3.x.x.x.x.xx.xx VPD de Constituição de Provisões
-
37. O Quadro das Contas de Compensação de 31/12/2022 de uma entidade pública, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, apresenta como Atos Potenciais
- (A) Passivos o valor de contrato de aluguel a executar durante o exercício financeiro de 2023 em que a entidade seja a locatária dos bens.
 - (B) Passivos o valor de créditos inscritos em dívida ativa não-tributária decorrentes de termos de cessões onerosas de espaços físicos a uma entidade privada.
 - (C) Ativos os valores recebidos em novembro de 2022 com a execução de cauções decorrentes de contratos com fornecedores de materiais diversos.
 - (D) Ativos os bens cuja recuperação esperada do seu valor contábil venha a ocorrer por meio de uma transação de venda em vez do uso contínuo, dentro de um prazo inferior a doze meses.
 - (E) Ativos os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.



38. De acordo com a NBC TSP 04, estoques
- (A) adquiridos por meio de transação sem contraprestação devem ter o custo mensurado pelo seu custo de liberação na data do seu recebimento.
 - (B) mantidos para distribuição gratuita devem ser mensurados pelo menor montante entre o custo e o custo corrente de reposição.
 - (C) mantidos para distribuição por meio da cobrança de valor irrisório devem ser mensurados pelo menor montante entre o custo e o valor realizável líquido.
 - (D) mantidos para distribuição por meio da cobrança de valor irrisório devem ser mensurados pelo maior montante entre o custo e o valor justo.
 - (E) adquiridos por meio de transação sem contraprestação devem ter o custo mensurado pelo seu valor em uso na data do seu recebimento.

Contabilidade Tributária

39. Amauri, empregado de uma indústria de alimentos, recebeu, em agosto de 2023, um salário bruto no valor de R\$ 5.000,00, sendo que, sobre esse valor, foi calculada e retida a importância de R\$ 525,92, referente à parte da contribuição do empregado ao INSS.

Considere a tabela de IRPF vigente a partir do mês de maio de 2023, abaixo listada, e também que Amauri tem um filho menor de 21 anos, dependente seu para fins de pagamento do IRPF (o valor da dedução mensal por dependente é de R\$ 189,59).

Base de cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R\$)
Até 2.112,00	Isento	Isento
De 2.112,01 até 2.826,65	7,50%	R\$ 158,40
De 2.826,66 até 3.751,05	15%	R\$ 370,40
De 3.751,06 até 4.664,68	22,50%	R\$ 651,73
Acima de 4.664,68	27,50%	R\$ 884,96

(Receita Federal do Brasil)

O valor do imposto de renda que deverá ser retido na folha de pagamento deste funcionário será de:

- (A) R\$ 490,04
 - (B) R\$ 964,01
 - (C) R\$ 312,28
 - (D) R\$ 354,94
 - (E) R\$ 1.375,00
40. Determinada empresa de consultoria financeira, sediada no Município de Bauru/SP, presta serviços de aconselhamento e orientação financeira a indivíduos e empresas. Sua principal atividade é recomendar investimentos específicos, como aplicação em ações, títulos, fundos mútuos, imóveis e outros ativos, com base no perfil de risco e nos objetivos do cliente.
- Essa consultoria financeira é remunerada por seus serviços, mediante pagamento de mensalidades por seus clientes. Essa empresa, no 2º trimestre de 2023, obteve um faturamento trimestral de R\$ 400.000,00.
- Considerando que a consultoria financeira está enquadrada no regime de apuração pelo Lucro Presumido do Imposto de Renda, os valores: I) da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e II) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica total (alíquota base e adicional de IRPJ), devidos ao final do trimestre serão, respectivamente, de:
- (A) R\$ 11.520,00 e de R\$ 19.200,00
 - (B) R\$ 11.520,00 e de R\$ 26.000,00
 - (C) R\$ 26.880,00 e de R\$ 26.000,00
 - (D) R\$ 11.520,00 e de R\$ 32.000,00
 - (E) R\$ 26.880,00 e de R\$ 32.000,00
41. A Empresa ABC Comercial Ltda. contrata a prestação de serviços de vigilância para garantir a segurança nas dependências de sua empresa, localizada em São Paulo. Esses serviços são prestados pela empresa Vigilantes Ltda., mediante cessão de mão de obra. No mês de setembro de 2023, o valor bruto da Nota Fiscal da prestação de serviços foi de R\$ 20.000,00. Considerando, para fins de cálculo, que não haverá retenção na fonte de PIS, COFINS, CSLL, IR fonte ou de qualquer outro tributo ou contribuição, o valor da contribuição previdenciária a ser retido na fonte pela ABC Comercial Ltda., bem como o valor líquido a ser recebido pela empresa Vigilantes Ltda., serão, respectivamente, de:
- (A) R\$ 2.200,00 e de R\$ 17.800,00
 - (B) R\$ 600,00 e de R\$ 19.400,00
 - (C) R\$ 200,00 e de R\$ 19.800,00
 - (D) R\$ 2.200,00 e de R\$ 20.000,00
 - (E) R\$ 300,00 e de R\$ 20.000,00



42. Uma empresa comercial adquiriu, de estabelecimento de empresa fornecedora localizada no mesmo Município, mercadorias para serem revendidas a consumidores finais. Na Nota Fiscal do seu fornecedor, constavam os seguintes dados:
- I. Valor das mercadorias: R\$ 2.500,00.
 - II. Valor do frete cobrado do adquirente: R\$ 500,00.
 - III. Alíquota de ICMS: 18%.
 - IV. Valor total da Nota Fiscal: R\$ 3.000,00.
- Considerando que o ICMS é um imposto recuperável para a empresa comercial adquirente, o valor do ICMS a recuperar e o valor contábil dos estoques das mercadorias adquiridas são, respectivamente, de:
- (A) R\$ 450,00 e de R\$ 2.550,00
 - (B) R\$ 630,00 e de R\$ 3.500,00
 - (C) R\$ 540,00 e de R\$ 3.000,00
 - (D) R\$ 450,00 e de R\$ 3.000,00
 - (E) R\$ 540,00 e de R\$ 2.460,00
-
43. Uma empresa de auditoria firmou contrato com empresa cliente sua, mediante o qual essa cliente pagaria à referida empresa de auditoria, pelos serviços por esta prestados, a importância de R\$ 100.000,00 ("receita bruta"), por meio de PIX ou de transferência bancária.
- O estabelecimento da empresa prestadora dos serviços de auditoria se localiza no Município "A", onde ocorre a incidência do ISS pela alíquota de 4%, enquanto a empresa cliente se localiza no Município "B", cuja alíquota de ISS é de 3% para a prestação dos serviços de auditoria. Ao receber o valor pactuado, a empresa de auditoria tem a obrigação de emitir documento fiscal referente aos serviços prestados, nele consignando o valor do ISS devido a ser recolhido.
- Com base nessas informações, o custo tributário de ISS (despesa de ISS lançada na contabilidade da empresa de auditoria) e a receita líquida da empresa prestadora (após o recolhimento do ISS devido) serão, respectivamente, de:
- (A) R\$ 3.000 e de R\$ 97.000,00
 - (B) R\$ 3.000 e de R\$ 100.000,00
 - (C) R\$ 7.000 e de R\$ 107.000,00
 - (D) R\$ 4.000 e de R\$ 96.000,00
 - (E) R\$ 4.000 e de R\$ 100.000,00
-

Noções de Auditoria Governamental

44. Distorções nas demonstrações contábeis podem originar-se de fraude ou erro. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria (NBC TA-240), há dois tipos de distorções intencionais pertinentes ao auditor – distorções decorrentes de informações contábeis fraudulentas e da apropriação indébita de ativos. Considerando esses dois tipos de distorções,
- (A) embora a fraude constitua um conceito jurídico amplo, para efeitos das normas de auditoria, e, na hipótese de suspeita de fraude, ou mesmo a ocorrência do fato, o auditor deverá estabelecer juridicamente a ocorrência da fraude.
 - (B) se o auditor identifica uma distorção relevante no balanço que está analisando, ele não precisa avaliar se a distorção é indicadora de fraude, eis que toda distorção relevante, por si só, é indicadora de fraude.
 - (C) em situações nas quais as transações de receita são eletronicamente iniciadas, processadas e registradas, a auditoria pode proceder à realização de testes nos controles para determinar se eles fornecem garantia de que as transações de receita registradas ocorreram e estão adequadamente registradas.
 - (D) ao detectar riscos que possam vir a ser relevantes nas demonstrações contábeis, a auditoria deverá se abster de prosseguir com os testes substantivos e emitir seu parecer de acordo com a documentação apresentada pelo auditado.
 - (E) caso o auditor suspeite de fraude envolvendo a administração, ele deve comunicar essas suspeitas aos responsáveis pela governança, mesmo que a comunicação seja proibida por lei ou regulamento.
-
45. Considerando as competências previstas na Constituição Federal do Sistema de Controle Interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, é INCORRETO afirmar:
- (A) Se, em um processo administrativo interno, for constatado que houve má utilização de verbas de adiantamento por servidor público, pode o sistema de controle interno, garantidos a ampla defesa e o contraditório, aplicar multa proporcional ao dano causado ao Erário.
 - (B) O controle interno estabelecido no poder judiciário federal deve apoiar a atuação do controle externo exercido pelo Tribunal de Contas da União.
 - (C) O sistema de controle interno deve acompanhar as metas alcançadas dos programas do Poder Legislativo previstos na Lei Orçamentária Anual, fornecendo insumos ao gestor público em tempo suficiente para corrigir eventuais desvios apurados.
 - (D) Está dentro da competência do sistema de controle interno executar medidas de controle sobre os créditos de dívida ativa do executivo federal.
 - (E) Caso algum ente público repasse recursos públicos para entidades privadas, o escopo de atuação do sistema de controle interno deve comprovar a legalidade da utilização dessas verbas.
-



46. De acordo com a metodologia de execução dos trabalhos de auditoria governamental disposta nas NAGs – Normas de Auditoria Governamental, NAO é critério que deve ser utilizado para orientar as etapas da auditoria:
- (A) Efeito: os efeitos são as reais consequências da diferença entre o critério preestabelecido e a condição constatada pelo profissional de auditoria governamental, representados por fatos que evidenciam os erros ou prejuízos identificados e expressos, sempre que possível, em unidades monetárias ou em outras unidades de medida que demonstrem a necessidade de ações corretivas.
 - (B) Profissionalismo: o profissional de auditoria governamental, no exercício da auditoria, não poderá, direta ou indiretamente, receber remunerações, proventos ou recompensas de qualquer natureza apenas de pessoas jurídicas, e de direito privado, direta ou indiretamente interessadas em seu trabalho.
 - (C) Causa: consiste nas razões e nos motivos que levaram ao descumprimento da norma legal ou à ocorrência da condição de desempenho, representando a origem da divergência entre a condição e o critério. A identificação das causas com precisão permite a elaboração de recomendações adequadas e construtivas.
 - (D) Opinião do auditado: o profissional de auditoria governamental deve considerar, também, na análise das informações obtidas, a opinião do auditado acerca dos achados constatados e das recomendações propostas pela auditoria, para, então, proceder à conclusão sobre o assunto.
 - (E) Condição: entende-se como condição a situação encontrada pelo profissional de auditoria governamental e documentada, constituindo-se no fato ocorrido ou na própria existência do achado. Os achados ocorrem quando a condição verificada não se encontra aderente ao critério preestabelecido.
47. As auditorias governamentais realizadas no setor público definidas nas Normas de Auditoria Governamental – NAGs classificam-se em Auditoria de Regularidade, Contábil, de Cumprimento Legal, e Operacional. Corresponde a uma auditoria do tipo Operacional:
- (A) exame independente, objetivo e confiável que examine os processos, ciclos operacionais, serviços prestados, programas, atividades ou demais órgãos da Administração Pública se estão funcionando de acordo com os princípios da economicidade, eficiência e efetividade e se há espaço para aperfeiçoamento, além dos aspectos de legalidade.
 - (B) o exame da observância das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao ente público.
 - (C) a utilizada para avaliar atividades, transações financeiras ou informações, com o objetivo de identificar se os critérios que regem a entidade auditada foram cumpridos na sua execução.
 - (D) o trabalho no qual o auditor expressa sua opinião frente ao exame da avaliação dos registros das demonstrações contábeis; do cumprimento das disposições legais e regulamentares; do sistema interno; e da probidade e da correção das decisões administrativas adotadas pelo ente auditado.
 - (E) tem por objeto a situação financeira, o desempenho, os fluxos de caixa ou outros elementos integrantes das demonstrações financeiras.
48. Com base na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica de Auditoria Interna – NBC TI 01,
- (A) se uma auditoria estiver ocorrendo por determinação judicial, as conclusões alcançadas pelo Auditor podem, excepcionalmente, ser emitidas sem a apresentação dos papéis de trabalhos que a embasem.
 - (B) a análise de riscos de auditoria pode ser realizada tanto no momento de planejamento quanto durante a execução dos trabalhos, quando, nesse último caso, há a exigência de execução de auditorias especiais decorrente de denúncias.
 - (C) os trabalhos de Auditoria Interna devem seguir uma linha racional de trabalho. É importante que os papéis de trabalho, necessariamente arquivados em meio físico, sejam organizados de forma sistemática e racional.
 - (D) é papel da Auditoria Interna assessorar a Administração no combate a erros. Não deve assessorar, entretanto, na prevenção de fraudes, pois, como há possibilidade de ter repercussões criminais, tal papel recai ao Setor Jurídico.
 - (E) o planejamento dos trabalhos de auditoria deve levar em consideração os riscos de auditoria, a fim de auxiliar na amplitude e época do trabalho a ser realizado.
49. De acordo com a NBC TA 700, e considerando as regras que delimitam a formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente, considere:
- I. O auditor independente deve formar sua opinião apenas se concluir que obteve segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
 - II. O auditor independente deve expressar sua opinião não modificada quando concluir que as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura do relatório financeiro aplicável.
 - III. O nome do sócio do trabalho ou do responsável técnico deve constar do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.
 - IV. O relatório do auditor independente pode ter data anterior à data em que ele obteve evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) II e III.
 - (C) I.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I, II e IV.



Administração Orçamentária e Financeira

Atenção: Para responder às questões de números 50 e 51, considere as informações apresentadas no quadro a seguir sobre a execução orçamentária de despesas referentes ao exercício financeiro de 2022 de um ente público. Os valores estão expressos em reais (R\$).

Descrição da despesa	Despesa		
	Empenhada	Liquidada	Paga
Amortização do principal da dívida contratual	214.000,00	214.000,00	210.000,00
Aquisição de gêneros alimentícios para distribuição gratuita	67.000,00	60.000,00	52.000,00
Aquisição de produtos para a higienização e limpeza diária do prédio do referido ente	163.000,00	150.000,00	149.000,00
Aquisição de um bem imóvel	421.000,00	410.000,00	305.000,00
Pagamento de juros incidentes sobre a dívida contratual	97.000,00	93.800,00	90.000,00
Pagamento de Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil dos servidores que prestam serviço à população	3.230.000,00	3.150.000,00	2.968.000,00

50. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o valor total inscrito em 31/12/2022 em restos a pagar:
- (A) não processados, em decorrência da execução orçamentária das Despesas Correntes, foi R\$ 100.000,00
 (B) não processados, em decorrência da execução orçamentária das Despesas de Capital, foi R\$ 11.000,00
 (C) processados, em decorrência da execução orçamentária das Despesas de Capital, foi R\$ 105.000,00
 (D) processados, em decorrência da execução orçamentária das Despesas de Capital, foi R\$ 112.800,00
 (E) processados, em decorrência da execução orçamentária das Despesas Correntes, foi R\$ 100.000,00
51. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro do ano de 2022 apresentou
- (A) R\$ 4.192.000,00 como despesa orçamentária e R\$ 418.000,00 como receita extraorçamentária.
 (B) R\$ 3.774.000,00 como despesa orçamentária e R\$ 418.000,00 como receita extraorçamentária.
 (C) R\$ 3.774.000,00 como despesa orçamentária, somente.
 (D) R\$ 4.192.000,00 como despesa orçamentária, somente.
 (E) R\$ 4.077.800,00 como despesa orçamentária, somente.

Atenção: Para responder às questões de números 52 e 53, considere as informações apresentadas a seguir sobre parte da classificação institucional de um ente público.

Órgão Orçamentário	Unidade Orçamentária
14.000 – Secretaria dos Direitos Humanos	14.236 – Coordenadoria da Pessoa Idosa
	14.237 – Coordenadoria da Igualdade Racial
18.000 – Secretaria do Desenvolvimento Social	18.057 – Coordenadoria de Segurança Alimentar
	18.061 – Coordenadoria de Ação Social

Considere ainda que as unidades orçamentárias são também unidades gestoras.

52. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a descentralização de créditos orçamentários da unidade orçamentária 14.236 para a
- (A) 14.237 corresponde a uma provisão, e a classificação institucional da unidade detentora do crédito deve ser alterada para a classificação institucional da unidade receptora do crédito nessa descentralização.
 (B) 14.237 corresponde a uma provisão, e a classificação funcional da unidade detentora do crédito deve ser alterada para a classificação funcional da unidade receptora do crédito nessa descentralização.
 (C) 18.057 corresponde a um destaque, e a classificação institucional da unidade detentora do crédito deve ser mantida nessa descentralização.
 (D) 18.057 corresponde a uma provisão, e a classificação funcional da unidade detentora do crédito deve ser alterada para a classificação funcional da unidade receptora do crédito nessa descentralização.
 (E) 14.237 corresponde a um destaque, e a classificação institucional da unidade detentora do crédito deve ser mantida nessa descentralização.
53. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a liberação de recursos financeiros da unidade gestora 18.057 para a 18.061 corresponde a
- (A) uma cota.
 (B) uma transposição.
 (C) um destaque.
 (D) um repasse.
 (E) um sub-repasse.
54. Um servidor de uma entidade pública efetuou, em 04/01/2023, a devolução do valor total recebido por meio de suprimento de fundos, cuja execução orçamentária para a sua concessão ocorreu integralmente no mês de dezembro de 2022. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a referida entidade efetuou, em 04/01/2023, o registro contábil de
- (A) uma receita orçamentária.
 (B) um crédito disponível.
 (C) um crédito orçamentário adicional.
 (D) uma variação patrimonial aumentativa.
 (E) uma receita extraorçamentária.



55. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, na execução orçamentária,
- (A) o lançamento é o procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador da receita e se aplica para todos os tipos de receitas orçamentárias, tais como tributos e doações em dinheiro.
 - (B) o empenho é desobrigado para despesas cujo montante não se pode determinar previamente, tais como aquelas executadas por meio do regime de adiantamento.
 - (C) a fase "em liquidação" viabiliza a separação das despesas executadas que estão pendentes de pagamento para extinguir a obrigação daquelas cujo pagamento já ocorreu.
 - (D) a fase "em liquidação" viabiliza a separação das despesas empenhadas e não liquidadas com serviços de consultoria cuja prestação do serviço foi efetuada daqueles cuja prestação ainda não ocorreu.
 - (E) o empenho ordinário é utilizado para despesas contratuais e sujeitas a parcelamento, como aquelas decorrentes de contratos de aluguel e de prestação de serviços por pessoa jurídica.
56. De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
- (A) integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e deve ser publicado até quarenta e cinco dias após o encerramento de cada quadrimestre.
 - (B) discrimina as deduções permitidas para a apuração da receita corrente líquida, que são as transferências constitucionais e as receitas temporárias, como *royalties*.
 - (C) apresenta a apuração da receita corrente líquida que considera o somatório das receitas arrecadadas com juros e multas incidentes sobre impostos.
 - (D) apresenta a apuração da receita corrente líquida que é utilizada como parâmetro para a definição dos resultados primário e nominal e da reserva de contingência.
 - (E) apresenta a apuração da receita corrente líquida que considera o somatório das receitas arrecadadas com impostos, aluguéis, cauções e outras receitas correntes.
57. Quanto à classificação orçamentária, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público,
- (A) a inscrição de dívida ativa tributária corresponde a uma receita corrente na unidade competente para a inscrição do crédito.
 - (B) a despesa com a amortização do principal de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária se classifica na categoria econômica Despesas de Capital.
 - (C) a despesa com diária concedida a servidor civil por meio de regime de adiantamento se classifica no elemento de despesa "14 – Diárias – Civil".
 - (D) o recurso financeiro oriundo de superávit financeiro corresponde a uma receita orçamentária arrecadada em exercícios anteriores.
 - (E) o recurso financeiro oriundo de cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar corresponde a uma receita orçamentária não-efetiva.
58. A Lei de Diretrizes Orçamentárias referente ao exercício financeiro de 2023 de um ente público deve, de acordo com a
- (A) Constituição Federal de 1988, estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial das Administrações Direta e Indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.
 - (B) Constituição Federal de 1988, estabelecer as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.
 - (C) Lei Complementar nº 101/2000, conter, no Anexo de Metas Fiscais, demonstrativo da expectativa de evolução do patrimônio líquido para o período de 2023 a 2026.
 - (D) Lei Complementar nº 101/2000, apresentar os valores de despesas obrigatórias de caráter continuado, como aquelas derivadas de lei que obrigue o ente a restaurar vias públicas no prazo de 15 meses.
 - (E) Lei Complementar nº 101/2000, conter reserva de contingência destinada ao atendimento de despesas classificadas, quanto à sua categoria econômica, em Despesas Correntes.
59. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o crédito suplementar
- (A) é destinado a reforço de dotação e pode utilizar como fonte de recursos o superávit financeiro apurado em balanço financeiro do exercício anterior.
 - (B) é destinado a despesas urgentes e imprevistas e a sua abertura independe da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa.
 - (C) tem vigência de um ano e é destinado a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica na Lei Orçamentária Anual.
 - (D) tem vigência de um ano e pode utilizar como fonte de recursos o superávit financeiro apurado em balanço financeiro do exercício anterior.
 - (E) tem vigência adstrita ao exercício financeiro em que foi aberto e a sua abertura depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa.
60. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a Lei Orçamentária Anual de um ente público
- (A) classifica os recursos previstos com "Indenizações, Restituições e Ressarcimentos", "Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado" e "Cessão de Direitos" como Receitas Correntes.
 - (B) apresenta a classificação denominada Desdobramentos para Identificação de Peculiaridades da Receita no último dígito da natureza de receita e ela tem a finalidade de identificar o tipo do recurso previsto.
 - (C) deve apresentar em documentos legais separados as receitas previstas de seus três poderes (executivo, legislativo e judiciário), em atendimento ao princípio da exclusividade.
 - (D) classifica as ações "Assistência Jurídica a Pessoas Carentes" e "Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados" como Atividade e Operação Especial, respectivamente.
 - (E) deve prever todos os ingressos de recursos financeiros nos cofres públicos que representam disponibilidades de recursos e entradas compensatórias, em atendimento ao princípio da universalidade.



PROVA DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo 10: itens 10.2 Para todos os Cargos/Áreas/Especialidades/Polos de Classificação, a Prova Discursiva-Estudo de Caso constará de 02 (duas) questões práticas, para as quais o candidato deverá apresentar, por escrito, as soluções. [...] 10.4 A Prova Discursiva-Estudo de Caso destinar-se-á a avaliar o domínio de conteúdo dos temas abordados, a experiência prévia do candidato e sua adequabilidade quanto às atribuições do cargo e especialidade. [...] 10.8 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Estudo de Caso nos seguintes casos: 10.8.1 fugir ao tema proposto; 10.8.2 apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; 10.8.3 for assinada fora do local apropriado; 10.8.4 apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; 10.8.5 estiver em branco; 10.8.6 apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; 10.8.7 não atender aos requisitos definidos na grade de correção/máscara de critérios definidos pela Banca Examinadora. 10.9 Respostas que apresentarem trechos reproduzidos de textos já divulgados em fontes de acesso público a que a Banca Examinadora tenha acesso, ou que apresentem cópia de trecho dos textos motivadores, de questões ou textos da prova objetiva, poderão ser penalizadas com redução drástica da nota. [...] 10.11 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso, deverá ser rigorosamente observado o limite máximo de 15 (quinze) linhas para cada questão, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos ao Estudo de Caso. 10.12 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora. 10.13 Eventuais marcações nos enunciados das questões, que não excedam a palavras sublinhadas ou circuladas, não trarão prejuízo à correção da prova. [...]

QUESTÃO 1

Em 05/11/2018, o ordenador de despesas de uma entidade pública empenhou despesa no valor de R\$ 960.000,00 referente à aquisição de uma sala comercial para utilização na prestação de assistência jurídica gratuita a pessoas carentes. A despesa foi liquidada em 17/12/2018 e paga em 31/01/2019, pelo valor total empenhado.

Em 31/12/2022, após o reconhecimento da depreciação referente ao exercício financeiro de 2022, o valor contábil da sala comercial era R\$ 930.000,00. Nesta mesma data, a entidade realizou o teste de redução ao valor recuperável e constatou as seguintes informações para a sala comercial:

Valor em uso R\$ 920.000,00
 Valor justo líquido de despesas de venda R\$ 905.000,00

Com base nessas informações, pede-se:

- a. De acordo com a NBC TSP 12, o valor referente à aquisição da sala comercial foi apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa referente a qual exercício financeiro e em qual fluxo de caixa dessa demonstração?
- b. De acordo com a NBC TSP 09, qual o valor da perda por redução ao valor recuperável da sala comercial em 31/12/2022?
- c. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a qual classe do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público pertence a conta contábil que deve ser debitada e a qual classe pertence a conta contábil que deve ser creditada para o registro contábil da perda por redução ao valor recuperável da sala comercial reconhecida em 31/12/2022?
- d. Suponha que em janeiro de 2023 a entidade altere a utilização dada à sala comercial, mantendo-a para auferir receitas de aluguel.
 - d.1 De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e as NBC TSPs, a entidade deve reclassificar o ativo referente à sala comercial? Justifique a sua resposta.
 - d.2 De acordo com a NBC TSP 12, em qual fluxo da Demonstração dos Fluxos de Caixa devem ser apresentados os recebimentos de caixa referentes aos aluguéis da sala comercial?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

**QUESTÃO 2**

Uma empresa adquiriu, em 31/07/2010, um equipamento de produção e pagou, à vista, os seguintes valores em reais para dispor do mesmo em condições de uso.

- Valor da compra do equipamento	9.500.000,00
- Gasto com transporte do equipamento	20.000,00
- Seguro para o transporte do equipamento	80.000,00
- Gastos para a preparação e customização	400.000,00

O fabricante informa que o equipamento tem uma capacidade de produção total de 1.000.000 de unidades ao longo de sua vida econômica e que esta quantidade pode ser produzida em um prazo aproximado de 10 anos, se o equipamento for utilizado por cerca de 8 horas por dia. A empresa tem como política substituir o equipamento quando tiver produzido 500.000 unidades, pois, após este volume de produção, a produtividade do equipamento diminui e as unidades produzidas não atendem à qualidade exigida pelos seus clientes.

A empresa calcula a despesa de depreciação do equipamento em função das unidades produzidas, tendo em vista que a demanda dos produtos é variável no tempo, e estimou que o valor líquido de venda do equipamento ao final do prazo de utilização, de acordo com sua política de substituição, seria R\$ 4.000.000,00.

Sabe-se que a empresa produziu com o equipamento, nos anos de 2010 até 31/12/2012, as seguintes quantidades:

Ano	Unidades produzidas
2010	45.000
2011	90.000
2012	120.000

Nas datas dos balanços patrimoniais elaborados em 31/12/2010 e 31/12/2011 a empresa identificou que os valores contábeis do equipamento não superavam os valores recuperáveis nessas datas. Em 31/12/2012 a empresa identificou os seguintes valores em reais para realizar o teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment"):

- Valor em uso	6.600.000,00
- Valor justo líquido de despesa de venda	6.200.000,00

Exclusivamente em relação ao equipamento citado, determine:

- O valor do custo do ativo imobilizado na mensuração inicial e o valor da depreciação acumulada em 31/12/2012.
- O valor contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2012, mostrando separadamente seus componentes.

Apresente detalhadamente os cálculos que comprovem os valores apresentados.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO